

Memória e Identidade no Imaginário Social Português - O Transdiscurso das Origens ao Século XVII

Memory and Identity in Social Portuguese Imaginary - The Transdiscourse from Origins to the XVII Century

Orlando Miguel Pina Gonçalves Martins da Gama

Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Educação - Portugal
ogama@ipb.pt

Resumo

O tema aponta para uma novidade de perspectiva e de análise no panorama da historiografia sobre Portugal e Espanha. Trata-se de um trabalho de percepção das representações mentais e das singularidades sociais e culturais, em processo de construção erudita de um enfoque muito específico o que obriga a um percurso de triagem e análise nem sempre consentâneo com as delimitações espácio-temporais que orientam os habituais trabalhos sobre produção historiográfica. Pretendemos invocar contextos explicativos fundamentais, cuja coerência é assegurada pela abordagem estrutural (tempo longo). Investigação que se presta à averiguação dos mais variados processos e fenómenos de construção da consciência nacional, permitindo-nos refletir sobre dois problemas que consideramos fundamentais: a relação entre o poder, mormente político e o território e a averiguação dos mecanismos de identidade, de memória e de utilização do passado.

Palavras-chave: identidade; memória; poder; transdiscurso.

Abstract

The theme points to a renewed perspective of analysis in the general field of historiography in Portugal and Spain. It is a work of perception of mental representations and social and cultural singularities in the erudite process of building, with a very specific approach, which requires a route screening and analysis not always in line with the spatial and temporal boundaries that guide usual work on historical production. We intend to invoke fundamental explanatory contexts, whose coherence is ensured by the structural approach (long time). Research that lends itself to investigate the various processes and national awareness building events, allowing us to reflect on two problems that we consider fundamental: the relationship between power, in the political expression and territory and to investigate the identity mechanisms, memory and uses of the past.

Keywords: identity; memory; power; transdiscourse.

Abertura

A Pedro chamou-lhe Cristo: Cephias: pedra, em significação que havia de ser; os Portugueses primeiro se chamaram Túbales (de Túbal) que quer dizer mundanos, e depois chamaram-se Lusitanos: Lusitanos, para que trouxessem no nome a luz; mundanos para que trouxessem no nome o mundo; porque Deus os havia de escolher, para luz do mundo: Vos estis lux mundi.

Padre António Vieira, *Semão de Santo António pregado em Roma, na Igreja dos Portugueses*, por ocasião da embaixada enviada por D. João IV, realizada pelo Marquês de Minas, à obediência de Sua Santidade, o Papa Clemente X.

Palavras carregadas de subtil significado, numa retórica cuidada, que o jesuíta apresenta numa visão apelativa. Entendemo-las, para o assunto que nos interessa, como um manifesto, significativo em três dimensões ativas - a profundidade e legitimidade dos fundamentos bíblicos

que transformam a mitificação da ideia em alegoria teleológica civilizacional; o valor do tema, que pela sua atemporalidade assume contornos de autenticidade e de legalidade social e política; enfim, a oportunidade, que não é nova, do seu uso em contexto de diplomacia e afirmação identitária no plano internacional. Adiante veremos, sucintamente, como esta dinâmica transpõe no fluir diacrónico, pois noutro lugar, a exposição ganha outros contornos.

A análise do tema da Lusitânia é, e será sempre, o exame de um complexo e extenso fenómeno de sobrevivência ideológica¹. Talvez não haja outro que, até aos dias de hoje, tenha concorrido em igual forma, dimensão, variedade e persistência. Esta última, tão sem fundamento histórico concreto pois, na realidade, nunca fomos, enquanto país, essa entidade, tão volátil como presunçosa nos usos e lutas que dela se fizeram. Perfila-se, pois, a apreciação da teimosa permanência de uma ideia, que pode assumir, hodiernamente, os contornos de uma simples invocação do significante (do reconhecimento de identidade composta ao nome de estabelecimento comercial ou a marca de produto), ou postular, ainda(!), a suposta legitimidade que ela sustenta, afirmando-se como uma extensão inquestionável da integridade e do valor dos seus utilizadores (da entidade de cariz institucional à agremiação seletiva e iniciática).

Na verdade, a Lusitânia, enquanto recurso ideológico, surge, inicialmente, pelas mãos de uma elite cultural e política, o que também diz muito do seu uso, e do que, por conseguinte, nos forma, identifica e conduz, enquanto povo, no tempo e no espaço. A par, saliente-se que Portugal, enquanto país, não nasceu de qualquer determinação geográfica, histórica antiga ou étnica que prefigurassem as suas fronteiras, mas sim de um “projeto voluntarioso” (Alarcão, 2007)². Certo é que verificaremos substanciais consequências destas asserções. Neste contexto, determina-se uma premente necessidade de construção de uma imagem de legitimidade (aliás, comum a outras entidades nacionais em formação) das ações e dos que conduziram e protagonizaram este projeto. Por outro lado, por essa mesma razão, potencia o valor e significado da escolha dos instrumentos de justificação, qualificação e propaganda— interessam-nos, pois, os discursivos. A Lusitânia surge, aqui, como ideia construída, com base num passado

¹ Esta abordagem não privilegia as condições de criação, manutenção e enquadramento da Lusitânia enquanto espaço de identidade étnica e/ou circunscrição administrativa provincial do domínio romano, mas apenas o seu legado, enquanto herança ideológica. O recurso pontual àquelas apenas servirá como catalizador do registo de enquadramento, explicação e inteligibilidade dos factos relatados.

² Cf. Alarcão, J. (2007). Portugal: um Estado não predestinado. In *Revista de História das Ideias*. vol. 28, Coimbra: IHTI/FLUC, pp. 9-15. Interpretação que tem suporte nos primeiros trabalhos de Orlando Ribeiro e de Amorim Girão, com especial aceitação nas teses medievalistas atuais, particularmente nos trabalhos de José Mattoso.

transformado em presente legitimado. Diríamos que o discurso, em sede própria, é tão potente e eficaz como as armas e tão válido como o projeto de país que sustenta.

Saliente-se que observaremos, a este propósito, uma permanente relação de tensão entre tradição e inovação nas solicitações e soluções do processo de consolidação do corpo social da nação. Jogo visível entre o que fica e o que desaparece. Mas também no que de novo se tira do passado, qual Fénix ressuscitada – que o assunto não morreu e mantém a essência – apenas renovando temas, argumentos e conveniências, num processo nem sempre assumido pelos seus protagonistas. Impõem-se um quadro de análise que, neste particular, não prima pela originalidade, pois esta tensão tem sido muito trabalhada pelos historiadores da cultura e das mentalidades, quase como o fundamento e condição inerente ao seu labor e à sua reflexão. Por sua vez, este estudo destaca-se, em nossa opinião, pelo caráter de longevidade, valor e recursos do tema, levando-nos a novos patamares que questionamento, dúvida e procura de soluções. Daí a necessidade de uma postura transdisciplinar no domínio da definição do enquadramento metodológico.

E a cronologia? Neste caso é particularmente notório, com uma acuidade confrangedora, que as balizas temporais que delimitam as épocas na análise histórica (aliás, produzidas e mutáveis *à posteriori* nas sucessivas leituras do passado), nem sempre ajudam a explicar o fenómeno. Por isso, deverão ser matizadas por abordagens de continuidade que nos possibilitam a sua essência, peculiaridade e inteligibilidade – que, no seu fluir, não se geraram por força de qualquer fronteira cronológica mas sim pela inelutabilidade do tempo. Sendo um trabalho de percepção das representações mentais e das singularidades sociais e culturais, em processo de construção erudita de um tema muito específico, obriga a um percurso de triagem e análise nem sempre consentâneo com as delimitações espacio-temporais que orientam os tradicionais trabalhos sobre produção historiográfica, levando-nos a invocar contextos explicativos fundamentais, cuja coerência é assegurada pela abordagem estrutural (tempo longo). Aliás, a periodização tem uma afirmativa eficácia pedagógica mas pode ter, se não for acautelada, uma entrópica função científica. A bem da clareza do nosso discurso, e no pressuposto de integrar os limites temporais credíveis, diremos que este estudo, centrando-se em criteriosas escolhas de produção discursiva dos séculos XV, XVI e início do XVII, momento da sua maior exposição e diversidade dos usos, não deixa de buscar as origens do tema, fundamentando intensamente o seu percurso e estabelecendo as suas raízes durante o período medieval. Daqui inferimos plenamente justificada e cientificamente legitimada a opção de circunscrever o peso da cada época com igual importância.

Como numa composição musical, dotada de intemporalidade, vejamos, mais detalhadamente, os passos desta nossa viagem.

Da capo - Em demanda dos fundamentos do discurso

*Meis ollos van per lo mare
mirando van Portugale
Meis ollos van per lo rrio
buscando van Douro e Minho.*

Vilancico anónimo português,
início do século XVI

A Lusitânia começa por se definir, historicamente, como designação regional (determinando a sua futura e primordial forma na memória nacional) com a organização administrativa romana e, posteriormente, numa solução de continuidade, com a ocupação sueva e visigótica. Figura/entidade alegórica que, no processo da sua constituição e desenvolvimento, renasce, posteriormente, de forma destacada e original, como conceito historiográfico, ao contrário de outras figuras integrantes da identidade nacional que remetem, essencialmente, para o conteúdo simbólico-religioso (ex. o Anjo Custódio de Portugal). Quando se liberta da sua carga administrativa e político-territorial assumindo a vertente ideológico-historiográfica, o seu uso pulveriza-se, diversifica-se, ficando à mercê dos intuitos e condicionantes do redator e produtor do texto¹.

Sendo assim, o objeto escolhido, a ideia de “Lusitânia”, enquanto eixo temático central, encontra-se num ponto de interseção entre os sujeitos da história, a escrita da história e os usos da história. Na verdade, esta questão não se circunscreve a um *corpus* documental, a uma instituição ou mesmo a uma época específicas. É, pois, como veremos, com esforço redobrado e com um sentimento de incisão cirúrgica, que optamos por determinar balizas, particularmente as de natureza temporal.

O que agora se apresenta surge como resultado natural da investigação no campo da produção textual historiográfica e geográfica/corográfica no período considerado. Será precisamente em torno deste campo que o trabalho se desenvolve, partindo do pressuposto fundamental, bem traduzido na historiografia atual, que os discursos, enquanto produção

¹ Adiante veremos como, significativamente, as primeiras fontes remetem para uma configuração geoestratégica a Norte do rio Tejo tendo o Douro como fronteira; por sua vez, parte das crónicas régias posteriores desenha uma geografia que tem como limites a zona entre o Tejo e o Guadiana, foco da atenção dos interesses régios.

intelectualizada, devem ser lidos como formas de construção/representação e não como entidades objetivas. Por outro lado, esta mesma premissa, aplica-se a outras manifestações de leitura da realidade coeva, que para o tema em apreço, exige uma abordagem da construção da imagem, particularmente no domínio da produção cartográfica.

Verifica-se que, grande parte desta produção textual e imagética, conhece, necessariamente, significativas e diferenciadas construções, consoante os objetivos, o contexto e os agentes que os produzem, no seio da justificação e legitimação de poderes e de formas de representação do político e do geográfico. Interessante é analisar a identidade e os usos dos objetos a que se recorre para conseguir tais intentos.

Afinal, o fundamento dos Estados medievais e das respetivas fronteiras assentam num extenso fenómeno de continuidade com alguns desígnios do Império Romano no que toca à presença da noção abstrata de Estado e do exercício do poder político. É geralmente aceite, hoje em dia, a teoria que defende uma continuidade que se apoia, primeiro, na retoma e num novo sentido (transcendental) imprimido por alguns Padres da Igreja, nomeadamente Santo Agostinho. Sob o ponto de vista conceptual o Império continua ainda vivo pela ficção político-jurídica variada que observamos quer no Estado visigótico quer, através do renascimento e desenvolvimento do Direito Romano nos séculos XII e XIII (Antunes, 2006)¹. Noção abstrata que, adaptada e consumida de forma diversificada nos vários reinos europeus, assume particular clareza e relevância nos séculos XV e XVI. Curiosamente a ideia de Lusitânia reconhece-se neste percurso.

A historiografia, na forma e no conteúdo, é, em nosso entender, a esse propósito, um discurso político. Aliás, facto suportado por duas escalas expressivas. As abordagens e as visões dos textos medievais e modernos são, neste campo, pouco coincidentes com a atual definição do espaço de fronteira dos países peninsulares. Outras leituras do território, constituído, por isso em espaço², tornam-se mais atraentes e reveladoras da *forma mentis* dos produtores dos textos. As referidas escalas são: o *infinitamente grande* – o mundo conhecido e descrito em diacronia, ilustrado pelas histórias bíblicas e pelo cenário dos deuses-homens, dos heróis e dos modelos humanos da antiguidade, os impérios fundadores da civilização ocidental e dos

¹ Veja-se o artigo de Antunes, J. (2006). Res Publica, Res Sacra. Notas sobre as Formas de Presença da Noção Abstrata de Estado na Idade Média. In *Revista de História das Ideias*. vol. 27, Coimbra: IHTI/FLUC, pp. 41-65.

² Entendemos a diferença entre os dois conceitos pela vinculação do ato humano – “território” é a extensão física, cenário natural e geográfico; “espaço” o território transformado pela intervenção do Homem, que pode ser simples leitura/interpretação e/ou alteração física.

antepassados ilustres (grego, romano, visigodo...); o *infinitamente pequeno* - diríamos o campo das pontes estratégicas do discurso, que vive dos acontecimentos do(s) reino(s), locais e regionais, dos interesses imediatos e dos constrangimentos que limitam a sua produção. No primeiro, avivam-se os fundamentos e as causas, vislumbram-se a determinação e a grandeza, a demonstração dos valores últimos, mas também a imensa perda e a maior vilania – enfim tudo é desmesurado e perene. Na segunda, afinam-se os instrumentos que conduzem às sinapses necessárias, promovem-se, por osmose comparativa, os atos, palavras e conquistas do presente, justificam-se e legitimam-se os poderes. A advocação da Lusitânia ou da designação de Portugal, independentemente da quantidade, qualidade e tessitura das menções, só pode ser, por isso, significativa. A análise vai desde as concepções dos autores às suas fontes, da interpretação e leitura dos processos de transdiscursividade e da circulação das ideias ao da receção pelo público-alvo da época.

Neste contexto verifica-se ainda que, entre os objetos tratados, ressalta a recuperação ideológica de temáticas discursivas, cuja escolha, longe de inocente, assume vertentes estratégicas de prometida eficácia. A sua adoção tem, na nossa leitura, um peso significativo, sendo que, para a cronologia apresentada, o recurso à vetusta concepção de “Lusitânia”, na inevitável alternância com a paralela “nova” ideia de “Portugal”, determina um protagonismo e uma evolução expressivas no campo da definição da relação espaço/poder. Como tal, o uso de ambos os termos, na sua frequência, contexto e aceção, constituem-se como sinais evidentes que o processo de configuração de uma imagem (discursiva ou figurativa) do país, é complexo e acompanha a difícil e variada conjuntura do Estado em formação, no jogo dos poderes em presença e, em última análise, das primeiras manifestações de uma invocada comparência do espírito de nação.

Na realidade, a ideia de “Lusitânia”, e a evolução do seu conteúdo expressivo desde a Idade Média, conforma a existência de uma representação da unidade “nacional”, remetendo para o processo de construção erudita das identidades geográficas e espaciais nas mais variadas escalas. Desde a concepção herdada, assente na recuperação da visão clássica, ela própria digerida pela medievalidade - de que são exemplo as crónicas régias peninsulares, ao assumir de estratégicas interpretações desse velho tema nas retóricas palavras dos discursos que configuram as “Orações de Obediência” aos sucessivos Papas, reconstruindo-se, em seguida, pelas sugestivas e significativas leituras de Gaspar Barreiros, André de Resende e Frei Bernardo de Brito, para depois, enfim, se colocar, paulatina mas decisivamente, a tónica numa “Nova Lusitânia” fora de portas - o tema encerra potencialidades de análise que ultrapassam a dimensão meramente política e ideológica.

Percursos em que pretendemos associar, paralelamente à temática central da “Lusitânia” discursiva, a alteridade construída pela cartografia, na avaliação dos públicos e da eficácia pretendida, sendo ainda, o momento adequado para se convocar a natureza e o modo de relação com outras formas de corporização da “natio”.

Andante - Em demanda da instrumentalização do discurso

*Viva el ínclito Alfonso
Viva sol Lusitano
para ser de excelências
compendio raro*

Estrofe de “Ostente aplausos festivos”
Tono humano ao aniversário do Rei Afonso VI
Frei Filipe da Madre de Deus (1630-1690)

Neste contexto, facilmente se percebe que à reflexão sobre a memória e o passado se junte a da identidade e dos usos/funcionalidades do discurso historiográfico. A premissa é, aqui, matemática: não há identidade sem memória¹. Mas para a compreensão desta, sob a forma de representação narrativa, não podemos, ainda, ignorar o seu valor enquanto manifestação ideológica (Buescu, 2000)², sendo que, por outro lado, a sua funcionalidade tem sido veementemente apontada no sentido do uso e veículo de poder, particularmente o político. A historiografia, poderá ser, pois, uma das múltiplas formas do poder se expressar e manifestar, enfim, de, completando o círculo, constituir-se em essência do que se entende por identidade.

Mas, precisamente, como podemos aduzir as manifestações de identidade na época em apreço? Como interpretar esse valor na distância da simbólica e do pensamento medievais e pré-modernos, numa altura em que o país estava em formação? Desde logo, não descuremos o valor em presença das identidades comuns, que ultrapassam a dimensão da *natio* (no sentido que a palavra adquire a partir dos séculos XIII-XIV) e se cristalizam em “arquivos” memoriais mais amplos em termos de escala e de tempo. É o caso da identidade cristalizada no termo *patria communis* que permite perceber uma continuidade, mas não a única, entre o império romano e o

¹ A bibliografia sobre o fenómeno da identidade na relação com a constituição do discurso histórico é extensa, prolixa e, como tal, seria absurdo mencioná-la neste contexto. Apenas referenciaremos, por referir aspetos de particular interesse para esta abordagem, as perspetivas diferentes, nem sempre coadunantes, mas complementares, dos estudos de Albuquerque, M. (1974). *A Consciência Nacional Portuguesa. Ensaio de História de História das Ideias Políticas*. Lisboa: IU, e José Mattoso em vários estudos e artigos, salientando-se, pela proximidade temporal e pela qualidade da síntese, Mattoso, J. (1998). *A Identidade Nacional*. Lisboa: Fundação Mário Soares/Gradiva.

² Buescu, A. (2000). A Memória das Origens. Ourique e a fundação do reino (séculos XV-XVIII). In *Memória e Poder. Ensaio de História Cultural (séculos XV-XVIII)*. Lisboa: Ed. Cosmos, p.13.

ideal manifestado na extensa *christianitas* (Dubois, 1991)¹. Para o caso da Península Ibérica, desde os estudos de José Mattoso, afirma-se definitivamente a existência de uma pluralidade de poderes e do seu progressivo confronto, no sentido da afirmação da autoridade real e da separação entre a figura do rei e do reino, como entidades dotadas de autonomia e legitimidade próprias². Apontemos, ainda, sinteticamente, alguns aspetos fundamentais: i) a necessária consciência de comunidade, no caso português, facilitado pelo confronto com o outro/mouro, com o rei cristão, como chefe dos vassallos, a desempenhar, através do processo de Reconquista, um papel muito ativo nesta difusão identitária; ii) a importância dos fatores políticos e territoriais na formação da nacionalidade, com as fronteiras estabelecidas desde os finais do século XIII, necessariamente com repercussões no discurso historiográfico e na simbólica adotada; iii) os públicos recetores deste discurso e simbólica situavam-se perto dos respetivos produtores (ou coincidiam mesmo), sendo, para o caso do rei, os oficiais, a corte e os grupos de apoio (ex. certas camadas do clero e da nobreza); iv) a difusão do conceito de vassallo “natural”, a partir do século XIII; v) a progressiva associação, da carga política de alguns dos elementos da simbólica e do discurso historiográfico com a dimensão cultural, em épocas em que a estratégia de poder já impunha outras necessidades - será precisamente o caso da Lusitânia, enquanto memória das origens, adotada por alguns humanistas.

Tornou-se claro que a noção de Lusitânia para o período analisado, correspondente ao *corpus* compulsado, aparece associada a uma dimensão de construção da memória régia. Situa-se nesta categoria, não oferecendo, nesta altura qualquer dimensão de eficácia e prática político-administrativa. No entanto, seria estranho se durante a Alta Idade Média, fruto das contingências do evoluir histórico, nomeadamente da presença árabe, o tema se tivesse perdido, quando assistimos a uma recuperação do mesmo, no período final desta época. Seria, mesmo, incongruente. No estado atual dos nossos conhecimentos, podemos afirmar que as referências, afinal constituindo-se numa via de continuidade face a épocas anteriores, surgem no contexto

¹ Sobre o assunto Dubois, C-G. (1991). *Mythologies des origines et identité nationale*. In *Memória da Nação*. Lisboa: Sá da Costa, pp. 36-38.

² Deste autor saliente-se quer a referência da escala intermédia proposta pela designação dos *Hispani* bem ao gosto do contexto de produção clerical, Cf. Mattoso, J. (1985). *Identificação de um País*. vol. II, Lisboa: Presença, p. 207., quer o sentido mais amplo e não menos significativo para a consciência de identidade da visão do mundo e da natureza, Cf. Mattoso, J. (1989). *Breves Reflexões sobre o Início dos Descobrimentos Portugueses*. In *Fragments de uma Composição Medieval*. Lisboa: Presença, pp. 295-307, particularmente, pp. 301-306.

acima mencionado, de proximidade à figura do primeiro monarca português, o que não deixa de ser significativo.

A título de exemplo, refiram-se os trabalhos de Francisco Javier Simonet (1897-1903)¹ e os estudos de José Garcia Domingues (1960), que apontam para as designações árabes do espaço cristão e para a manutenção da hegemonia, enquadrada num forte sistema de gestão económico-política, da cidade de Mérida². Segundo este autor, terá mesmo havido um papel ativo de forças internas, no seio da presença árabe, marcadas pelas célebres revoltas de Mérida (durante os séculos IX e X), num contexto de “resistência lusitânica”, pretendendo-se constituir um Estado Lusitânico, cuja ação levada a cabo, essencialmente, pelos luso-árabes de Mérida, teriam marcado uma posição na futura construção de Portugal³.

A sua identidade constrói-se, agora, no seio de um código discursivo que institui a prática de preservação da memória. Na economia do discurso a utilização da designação analisada não pode ser comparada, quantitativamente, a outras formas expressão e representação do espaço (ex. Portugal, portugalense(s)), cuja modernidade e eficácia encontram paralelo nas condições conjunturais que promovem uma nova visão e leitura desse mesmo espaço. Mas torna-se imperioso relembrar que, nesta abordagem, o critério de quantidade, embora se constitua como um necessário indicador, é falível. Como vimos, mais do que analisar a citação particular, é necessário olhar para o conjunto das fontes e do seu enquadramento. De facto, também notamos que nem todos os registos produzidos em contextos próximos da corte ou dos clérigos de S^{ta}. Cruz de Coimbra tem, necessariamente essa menção. O que não deve conduzir a uma leitura em que essas referências sejam interpretadas como uma simples forma de atavismo linguístico, de conservadorismo ideológico ou mesmo por alusões ocasionais, sem futuro promissor, porque lhe falta a referida dimensão político-administrativa.

¹ *Historia de los Mozárabes de España. Deducida de los Mejores y Más Auténticos Testemonios de los Escritores Cristianos y Arabes*. Madrid: Establecimiento Tipográfico de la Viuda É Hijos de M. Tello, pp. 808-812.

² O Garb Extremo do Andaluz e “Bortuqal” nos Historiadores e Geógrafos Árabes. In *Sep. do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa: SGL, pp. 327-362. e *O Alentejo Árabe e a sua Integração no Reino de Portugal*. Lisboa: BFL, 1958.

³ Tese defendida em O Nacionalismo Luso-Árabe e a sua Contribuição para a Constituição de Portugal. In *Sep. do tomo VIII do XXIII Congresso Luso-Espanhol*. Coimbra: UC, 1957, pp. 5-15. Para uma visão recente da continuidade entre a Lusitânia romana e a presença árabe, ver Valvé, J. (1986). *La División Territorial de la España Musulmana*. Madrid: CSIC, pp. 181-223. e para uma visão de conjunto, Picard, C. (2000). *Le Portugal Musulman (VIII^e-XIII^e siècle). L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*. Paris: Maisonneuve et Larose.

Afinal, percebemos que o problema se coloca, também, numa questão de escala. Tendo origem numa circunscrição político-administrativa de grandes dimensões, é natural que os usos posteriores remetam para essa mesma proporção. Por outro lado, a essência do discurso historiográfico deste período remete para o longo, difícil e complexo processo de reconquista, com seus avanços e recuos, servindo, entre outros, os interesses adulatários dos príncipes cristãos, seus protagonistas. Ora, como se sabe, este decurso não foi concretizado por conquistas provinciais. Mas sim por conquista e perda de cidades, castelos, vilas, terras, cujo relato, adaptado ao fluir natural dos acontecimentos qua a memória julgava dignos de registo, não permitia a constante generalização de escala. O uso erudito e parcimonioso do termo revela que a sua aplicação, na mesma proporção da sua dimensão e tradição, engrandecia e nobilitava, quer fosse no registo da ação militar de reconquista, quer na titulação e adscrição do espaço ao reino, quer mesmo, através do registo de alteridade, na expressão do desejo de posse por parte do infiel.

Se redirecionarmos o nosso olhar e acompanharmos o complexo e difuso campo da representação mental e ideológica, lá encontramos, à luz credibilizante das fontes e da sua trama produtiva, a Lusitânia. Sem querer, com isto, dotá-la de uma hiperbólica função discursiva e/ou ideológica. Mas, como atrás afirmámos, a sua presença ou a sua ausência só podem ser revestidas de valor. A continuidade prova-o. Este é um dos temas que ajudarão a construir, mais tarde, de forma visível e instrumental, a legitimidade e identidade do discurso régio, que passará a discurso sobre Portugal. Na tecitura estudada está, já, em potência, com a criação de um novo código discursivo, apontando esse caminho. O termo aparecerá, vernáculo, alterado de forma mas em continuidade e desenvolvimento de conteúdos, nas crónicas régias peninsulares de que são exemplo a *Primera Crónica General de España. (Que mandó componer Alfonso el Sabio y se continuaba Bajo Sancho IV en 1289* e na *Crónica Geral de Espanha de 1344*.

Em última análise será o próprio processo de nova construção e representação do espaço, acompanhando a difícil conjuntura da reconquista, que busca essa forma de legitimação e identificação que o passado legara. Sem querermos, com isto, afirmar que se integre em qualquer manifestação de um anacrónico espírito nacionalista. A Lusitânia, marca da tradição, não morre com o fim da sua eficácia adminsitativa, mas sobrevive e renasce, com novo alento, devido às necessidades do presente da escrita. Erudita, é certo, mas que corporiza o discurso historiográfico e ajudará a enraizar a memória do *regnum* neste período.

Finale - A Lusitânia em contexto - território, espaço e poder

*Busca la muerte en dar muertes,
Sebastiano el Lusitano,
Diziendo aora es la hora,
Que un bel morir, tuta la vita honora*

Anónimo, séc. XVI,
Estrofe da cantiga “Puestos estan frente a frente”
que versa sobre Alcácer-Quibir

Falar da Lusitânia, no seu contexto narrativo-simbólico, é também, necessariamente, reportarmo-nos ao complexo entendimento da origem, formação, manutenção e legitimação da nação portuguesa. Pois aquela não é um mito do Renascimento¹. Os estudos mais recentes que, versando sobre a medievalidade ou a modernidade, invocam esta temática são unânimes em apontar caminhos complexos e diversos na formação e consciência de nação. As estruturas que formam o “esqueleto” social, os modos de integração, diferenciação e participação, enfim, a dinâmica das sociedades, era substancialmente diferente da atual. Certo que, em harmonia com a condição humana de gregaridade, a identidade coletiva surge, inicialmente, de forma incipiente como uma consciência de grupo, em escala e teor diferente do nacional. O advento da pertença ao agregado próximo, coincidente ou não com a família biológica, conferindo os primeiros traços de personalidade social, depois a progressiva adesão pelos valores, sentimentos e crenças – entre eles *a cristandade*, projetada pelos desejos e objetivos conjuntos - enquadrados por formas de expressão linguística comuns, são fatores precursores que aproximam as pessoas. Por detrás, vinculada no processo de socialização e diferenciação social e na progressiva marca da composição erudita, o peso do passado e da memória construída. Ora, o caráter incipiente da consciência nacional permite que perante o dilema apresentado por Vitorino Magalhães Godinho², não hesitemos em optar pelo peso fundamental da força da tradição e do apêgo ao património, catalizadores do motor social e legitimadores dos propósitos comuns, fundados num porvir de permanente renascimento do passado. Quase como se o presente, lugar do efêmero, apenas se justificasse pela competência com que respeita e renova o pretérito.

¹ Este fenómeno temático, cremos demonstrá-lo, radica em séculos anteriores, que moldam e conferem identidade à própria essência do tema. Embora em projeção diversa já Pinharanda Gomes o havia afirmado no campo da filosofia, Gomes, P. (2000). *História da Filosofia Portuguesa. A Patrologia Lusitana*. Lisboa: Guimarães Editores, p. 15.

² Godinho, V. (2004). *Portugal, a Emergência de uma Nação*. Lisboa: Colibri/FCSH-UNL, pp. VIII-IX.

Até porque, na leitura de Jacques le Goff, é aí, nesse tempo, que mais do que nunca, entre a atração do passado, os tempos míticos do Paraíso e a procura do momento *prérogatif*, no sentido do futuro, se procura exprimir o intemporal, vivendo-se num constante anacronismo, ao ponto do autor se questionar “n`est-ce pas plutôt le présent qui est mangé par le passé, car seul celui-ci donne son sens, sa signification au présent ?”¹

Por sua vez, neste contexto de recriação matricial do passado, da recuperação da cultura Clássica, da centração nos valores humanos, da aposta no conhecimento científico e na erudição, o Renascimento e o Humanismo acentuaram este processo de vivificação do tema em causa, contribuindo com interessantes excursos de transdiscursividade. Senão vejamos sucintamente.

Apontemos o manuscrito atribuído a Gaspar Barreiros, um inédito que se encontra na Biblioteca Nacional de Portugal, com sob título, *Suma e Descriçã de Portugal*, Mss. 8457, com uma visão e argumentação inovadoras para o eixo temático em causa; a edição da obra de Damião de Góis (*Hispania (...)*), datada de 1542 e que surge como uma marca fundamental do período de conceção humanista, mas nem por isso menos fecundo na interpretação e recondicionamento da tradição do tópico, nomeadamente na ponte entre a leitura historiográfica e corográfica – aliás, evidente na produção posterior, mas nem sempre explícita a sua citação, onde salientamos o *Libri Quatuor de Antiquitatibus Lusitaniae* (1593) de André de Resende, a *Monarchia Lusitana* (1594) de Fr. Bernardo de Brito e a *Descrição do Reino de Portugal* (1610) de Duarte Nunes do Leão.

Ainda em 1481, em véspera das calendas de setembro, ocasião em que é proferida a *Oração de Obediência* de D. João II ao Papa Sisto IV, pronunciada por D. Garcia de Menezes – momento e documento fundamentais pois são a expressão internacional assumida, publica e publicitada, de um sentimento de identidade, cujos contornos da sua afirmação assumem particular relevância. Instrumento discursivo de uma estratégia de poder, afirmada na expressão linguística (latim), no intuito da mensagem e na forma diplomática da sua cristalização, que escolhe o palco externo, com abundante recurso à fórmula historiográfica, para alicerçar a legitimidade e a individualidade do reino. Ou ainda, século e meio depois, em 1631, data da publicação da primeira obra de António de Sousa de Macedo, *Flores de España, Excelencias de Portugal*. Com um percurso notável, e uma extensa bibliografia, também ele invoca prolixamente e

¹ Le Goff, J. (1988). *Histoire et Mémoire*. Paris: Gallimard, p. 49. No mesmo sentido, se pronuncia Matthew Innes na sua conclusiva introdução (“Introduction: using the past, interpreting the present, influencing the future”, pp. 1-8) à coletânea de estudos intitulada Innes, M. & Yen, I. (2000). *The Uses of the Past in the Early Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press.

abundantemente o tema mas agora como representativa de uma outra visão, também expressa em contexto historiográfico e diplomático internacional, mas ideologicamente suportando uma nova conjuntura do país.

Referências

- Alarcão, J. (2007). Portugal: um Estado não predestinado. *Revista de História das Ideias*, 28, Coimbra: IHTI/FLUC, 9-16.
- Albuquerque, M. (1974). *A Consciência Nacional Portuguesa. Ensaio de História de História das Ideias Políticas*. Lisboa: IU.
- Antunes, J. (2006). Res Publica, Res Sacra. Notas sobre as Formas de Presença da Noção Abstrata de Estado na Idade Média. *Revista de História das Ideias*, 27, Coimbra: IHTI/FLUC, 41-65.
- Buescu, A. (2000). *A Memória das Origens. Ourique e a fundação do reino (séculos XV-XVIII). Memória e Poder. Ensaio de História Cultural (séculos XV-XVIII)*. Lisboa: Ed. Cosmos.
- Domingues, J. (1957). O Nacionalismo Luso-Árabe e a sua Contribuição para a Constituição de Portugal. *Sep. do tomo VIII do XXIII Congresso Luso-Espanhol*, 8, Coimbra: UC, 1-15.
- Domingues, J. (1958). *O Alentejo Árabe e a sua Integração no Reino de Portugal*. Lisboa: BFL.
- Domingues, J. (1960). O Garb Extremo do Andaluz e "Bortuqal" nos Historiadores e Geógrafos Árabes. *Sep. do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 79, Lisboa: SGL, 327-362.
- Dubois, C.-G. (1991). *Mythologies des origines et identité nationale. Memória da Nação*. Lisboa: Sá da Costa.
- Godinho, V. (2004). *Portugal, a Emergência de uma Nação*. Lisboa: Colibri/FCSH-UNL.
- Gomes, P. (2000). *História da Filosofia Portuguesa. A Patrologia Lusitana*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Innes, M., & Yen, I. (2000). *The Uses of the Past in the Early Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Le Goff, J. (1988). *Histoire et Mémoire*. Paris: Gallimard.
- Mattoso, J. (1985). *Identificação de um País*. 2 v., Lisboa: Presença.
- Mattoso, J. (1989). *Breves Reflexões sobre o Início dos Descobrimentos Portugueses. Fragmentos de uma Composição Medieval*. Lisboa: Presença.
- Mattoso, J. (1998). *A Identidade Nacional*. Lisboa: Fundação Mário Soares/Gradiva.
- Picard, C. (2000). *Le Portugal Musulman (VIIIe-XIIIe siècle). L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*. Paris: Maisonneuve et Larose.
- Simonet, F. (1897-1903). *Historia de los Mozárabes de España. Deducida de los Mejores y Más Auténticos Testemonios de los Escritores Cristianos y Arabes*. Madrid: Establecimiento Tipográfico de la Viuda É Hijos de M. Tello.
- Valvé, J. (1986). *La División Territorial de la España Musulmana*. Madrid: CSIC.